

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: ELEMENTOS PARA A IDENTIDADE TERRITORIAL*

Adriano Amaro de SOUSA

Mestrando em Geografia PPGG/FCT/UNESP-PP

adramaro@yahoo.com.br

RESUMO: Desenvolveremos, aqui, uma breve reflexão teórica sobre a construção da identidade territorial, visando entender esse elemento simbólico-cultural na dinâmica do território que forja(m) identidade(s). Para isso, fizemos inicialmente um resgate das principais idéias sobre o conceito de território no pensamento geográfico brasileiro balizados nos estudos de Claude Raffestin, Milton Santos e Rogério Haesbaert, dando ênfase nos aspectos relacional e dialético da abordagem territorial e identitária de Marcos Saquet. Posteriormente, analisamos o conceito de identidade nas ciências humanas apresentando uma gama de características (contraste, diferença e alteridade) e ramificações (étnica, cultural, resistência e territorial) da identidade social. Desse modo, a identidade territorial é um tipo de identidade social que se expressa na relação de pertencimento de um grupo social a partir da delimitação de uma escala (i)material de referência identitária.

PALAVRAS-CHAVE: espaço geográfico; identidade; território; identidade territorial.

TERRITORY AND IDENTITY: ELEMENTS FOR TERRITORY IDENTITY

ABSTRACT: Develop here, a brief theoretical discussion about the construction of local identity, aiming to understand this cultural-symbolic element in the dynamic of territory to forge identities. For this reason, did a ransom initially the main ideas on the concept of geographic thought in Brazilian territory marked out in the studies of Claude Raffestin, Milton Santos and Rogerio Haesbaert, emphasizing the aspects of relational and dialectical approach and territorial identity of Marcos Saquet. Subsequently, we analyzed the concept of identity in the humanities presenting a range of characteristics (contrast, difference and otherness) and branches (ethnic, cultural resistance and territorial) of social identity. Thus, the local identity is a kind of social identity that is expressed in the relationship of belonging to a social group from the definition of an intangible scale of reference identity.

KEY WORDS:: geographic space, identity, territory, territorial identity.

* Texto apresentado como trabalho final da disciplina "O espaço, o tempo e o território: uma questão de método", ministrado pelo Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet no segundo semestre de 2007, no curso de Pós-graduação em Geografia, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/Unesp – Presidente Prudente/SP.

Introdução

A identidade territorial está (in)diretamente envolvida na produção do território (objetiva e subjetivamente) por meio da TDR (des-territorialização, re-territorialização e territorialização), devido aos processos históricos desiguais determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais.

Simultaneamente, à des-territorialização dá-se a re-territorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização (SAQUET, 2003, p. 39).

Para o autor, o processo de produção do espaço geográfico apresentado na des-re-territorialização está eminentemente articulado com o Estado e com o capital, sendo que a desterritorialização dá-se por fatores econômicos e políticos. Contudo, a reterritorialização decorre de elementos políticos e culturais.

Esta tríade (TDR's) apreende o movimento da sociedade e do espaço no tempo. Ela está fundamentada na territorialização como fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico. Já a desterritorialização é o abandono espontâneo ou forçado da territorialização. Por último, a reterritorialização é a construção de uma nova territorialização.

Assim, o presente artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a construção da identidade territorial, por meio da dinâmica do território que forja(m) identidade(s).

Território

Etimologicamente o conceito de território nasce com duplo sentido, material e simbólico. No primeiro, apresenta como dominação

(jurídico-político e econômico), pois o território tem significado de terra (*territorium*) e de controle (terror e aterrorizar). Já no segundo, o território tem característica de apropriação no sentido simbólico-cultural. Nesta perspectiva, o poder é um dos componentes centrais na análise do conceito de território, por isso ele tem tanto uma abordagem de dominação no sentido mais concreto, quanto de apropriação no sentido mais abstrato.

Assim, para entendermos o debate sobre o conceito de território no pensamento geográfico brasileiro é preciso analisar os principais estudiosos do conceito em questão. A nosso ver, os principais autores que se destacaram no Brasil foram Claude Raffestin, Milton Santos e Rogério Haesbaert.

Iniciamos com o Claude Raffestin que elaborou o conceito de território balizado nas relações sociais de controle e dominação (poder). Para isso, ele coloca em confronto dois conceitos: espaço e território. Sendo, assim, necessário compreender bem que o espaço é anterior ao território e que o território se forma a partir do espaço. Ambos não são termos equivalentes. “*O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder*” (1993, p. 143-4). Já a produção territorial advém da “*comunicação entre os modos de produção e o espaço*” (p.152), assentada na construção de malhas, nós e redes para compreensão da formação territorial. Tal formação está pautada nas relações de poder e nas redes de circulação e comunicação. O sistema territorial busca a integração e a coesão do território. Em síntese, a abordagem de Raffestin sobre o território é política e econômica. E, também, areal devido à atuação do poder do Estado se limitar às dimensões político-administrativa da sua zona (limites e fronteiras). Duas outras abordagens avançam na discussão das relações de poder no/do território. Michael Foucault (1985) considera o poder para além do Estado (instituições, empresas, cotidiano, entre outros). Já Marcelo Lopes de Souza (1995), numa outra concepção, estabelece as relações de poder no campo de tensão (conflito) balizado pelas diferenças culturais de grupos sociais distintos, superando, assim, as teias de relações do Estado.

Por outro lado, Santos e Silveira (2003), têm uma obra considerada atual “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*” que interpreta a sociedade brasileira através do território a partir de sua

história, de seu desenvolvimento e de seus usos pelos atores sociais. Aqui, o território é conceituado de território usado que, por sua vez, é sinônimo de espaço geográfico, contudo, restrito a escala nacional. Para entender o Brasil globalizado é necessário o intermédio de diversas técnicas sociais do uso do território nacional denominadas de meio técnico-científico-informacional. Além do mais, a importância do papel da informação e do conhecimento para dinamizar a economia nesse(s) novo(s) espaço(s) geográfico(s). Os novos mercados reorganizam os territórios produtivo e financeiro, acirrando, assim, as desigualdades e competitividades das economias regionais, centralizando mais o capital na região concentrada. Assim, a idéia de território usado deve ser utilizada quando se quer definir qualquer pedaço de território, neste deve-se levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade (inclui a natureza e o seu uso, também, inclui a ação do homem), isto é, o trabalho e a política. Para Saquet (2007), a gênese deste conceito está “materializada” na obra de Milton Santos (1994) *“Território: globalização e fragmentação”* cuja abordagem é econômico-material, ampliando a discussão para além da concepção areal, enaltecendo o uso e o controle social.

Rogério Haesbaert (2004) entende o território a partir da apropriação (simbólico-cultural) e dominação (político-econômico). Apresenta as três principais vertentes do território: jurídico-política (espaço de poder do Estado, das instituições e grupos sociais), cultural (simbólicas e identitárias) econômica (produção material e contradições sociais). A natureza é vista como território de recurso econômico que é dominado por um seletivo grupo social. Essas vertentes básicas apontam diferentes enfoques da perspectiva parcial do território. Porém, Haesbaert visualiza o território contemporâneo (globalização e fragmentação) balizado numa visão integradora, pois a leitura do território como espaço não pode ser considerado estritamente político, nem unicamente cultural e tão pouco econômico ou natural. Ou seja, ele é melhor analisado pelas suas diferentes dimensões. Assim, o território é relacional (espaço-tempo, movimento, fluidez e interconexão). O processo de produção do espaço geográfico está sempre relacionado com a des-territorialização (econômico-político) e a territorialização (político-cultural) de grupos sociais e empresas. Com a globalização e o processo de re-territorialização ocorrem uma transformação (política, cultural e econômica) no espaço mundial

emergindo o fenômeno da multiterritorialidade balizado em novas três vertentes detectadas por Haesbaert: território-zona (tradicional, lógica política do Estado-Nação), território-rede (lógica econômica das grandes corporações globais) e aglomerado de exclusão (áreas de desordem sócio-espacial e pobreza estrutural). Por fim, o conceito de território em Haesbaert tem centralidade nas dimensões política e cultural.

Nesta perspectiva, Saquet (2007) afirma que as redes têm um papel territorializador e des-territorializador. Ainda, argumenta que o processo que promove a multiterritorialidade apresenta diversas relações com o “vivido” por diferentes grupos sociais, em distintas escalas de inteirações (área-rede, rede-rede e rede-lugar).

Saquet (2003) ainda colabora destacando não somente as vertentes político-cultural, mas também a econômica, por que o território é constituído de relações sociais e (i)materialidade.

Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes as relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização.

Após estudar as diversas abordagens sobre o conceito de território Marcos Aurélio Saquet materializa suas discussões na obra *“Abordagem e concepções de território”*, em 2007. Nela o autor apresenta quatro possibilidades para compreender o território: a) relações de poder; b) redes de circulação e comunicação; c) identidades simbólicas e culturais; e, por último d) a natureza exterior ao homem. Tais reflexões são frutos de um diálogo com autores italianos (J. Gottamann, C. Raffestim, G. Dematteis, A. Turco, E. Turri, entre outros). Assim, concordando com Saquet (2006, p. 83), o território é:

[...] natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação;

degradação e proteção ambiental, etc.. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variações, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente.

A nosso ver, o território é marcado pelo resultado do processo histórico das relações sociais. Ele é móvel, dinâmico e está em constante transformação. É produto e condição de articulação existente entre o tempo histórico e os coexistentes. Além do mais, o território integra as múltiplas dimensões: econômica, política e cultural. O poder é exercido nas relações socioespaciais e tem centralidade no território. Ou seja, o território também é constituído de sociedade e natureza, trabalho e capital, produção e circulação, fixo (área) e fluxo (rede), energia e informação (técnico-científico), entre outros. Tudo isso numa abordagem totalizadora e complexa.

Assim, o território apropriado tem características objetivas (territorial) e subjetivas (simbólica, identitária e afetiva) do “espaço vivido”, este(s) por meio da(s) territorialidade(s), forja(m) as identidades territoriais.

Identidade territorial

O conceito de identidade ao longo da história filosófica deriva da raiz *idem* que significa igualdade e continuidade & unidade e diversidade. No período contemporâneo está relacionada ao individualismo. Foi nos EUA, em meados dos anos 1950, que disseminou o uso desse conceito contrapondo à sociedade de massa, dando visibilidade a “busca da identidade”, em especial de grupos sociais considerados de minorias (negros, judeus, homossexuais, grupos religiosos, entre outros) e depois para toda a sociedade moderna.

Há duas discussões sobre a identidade nas ciências sociais: psicodinâmica e sociológica. A identidade psicodinâmica é composta pelo cerne do indivíduo e de sua cultura, quando esta entra em conflito

ocorre aquilo que denominamos de “crise de identidade”. Já a identidade sociológica é construída pelas pessoas a partir da cultura em que vivem, a interação do eu com o simbólico e com o concreto faz com que o indivíduo atinja um estado de identificação, ele se reconhece e diz “este é o meu verdadeiro eu” (OUTHWAITE e BATTOMORE, 1996).

O princípio da identidade assume um sentido novo, um sentido concreto. Se a contradição é mais essencial que a identidade, a identidade nem por isso deixa de ser essencial. Sem contradição, a identidade estagna. Para ser, para viver, para vir a ser, é preciso dilacerar-se do interior. Mas, através da contradição, a identidade se restabelece em nível superior. Sem isso, o ser se encaminharia rapidamente para sua ruína. Assim, a razão, o conceito, ou simplesmente o ser vivo, repousam sobre contradições resolvidas. A identidade, portanto, é posta em seu lugar, no movimento (no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que formam a realidade concreta) (LEFEBVRE, 1995, p. 195).

Para o autor, o princípio da identidade tem um sentido dialético que envolve a teoria da lógica da contradição. Essa contradição traz consigo certas rugosidades que compõem os traços identitários. Nela unidade e contradição são elementos estruturantes da identidade do ser e do vir-a-ser.

A identidade é uma construção de caráter contrastante ou de oposição com uma forte ação individual ou grupal, implicando, assim, a afirmação do nós diante dos outros. Nesse sentido, Cardoso de Oliveira em sua obra *“Identidade, etnia e estrutura social”* argumenta que a essência da identidade étnica é a identidade contrastiva. De modo geral, a identidade étnica é uma modalidade da identidade social, sendo que a diferença parece ser típica de qualquer identidade em processamento. Esta diferença está presente em qualquer situação social podendo ser geradora de desigualdade. Em outras palavras, a identidade do diferente pode ser revelada na relação contrastiva. Não há identidade entre idênticos, porque eles não se diferenciam, não havendo o que contrastar. Sem a diversidade de grupos sociais e os interesses político e econômico contido nelas, não há identidade.

Castells (1999) entende a identidade social como sendo a “*fonte de significação e experiência de um povo*” (p. 22). Assim, o significado e a experiência são há base para a estruturação dos grupos sociais, ambos buscam permanecer no tempo e no espaço. Estes grupos possuem uma forte ligação com o seu lugar de origem estabelecendo uma verdadeira identidade com o território. As identidades têm conseqüências geográficas aparentemente contraditórias que ocorrem devido as relações sociais. De modo geral, no nosso tempo histórico as identidades religiosas, nacionais, territoriais, étnicas e de gênero, aparecem como princípios fundamentais de auto-definição, cujo desenvolvimento marca a dinâmica das sociedades e da política de forma decisiva.

[Há] identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 1999, p. 24) [grifo nosso].

Por outro lado, há comunidades que são aparentemente homogêneas e os indivíduos que as compõem não se diferenciam uns dos outros nem pela etnia, nem pela nacionalidade e muito menos pela situação de classe social, porém, mesmo assim, os indivíduos e se diferenciam entre si, e fortalece(m) a sua identidade de grupo. Haja vista o trabalho de Nobeit Elias & Jhon Scotson “*Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*” sobre a cidade pequena denominada de Winston Parva no interior da Inglaterra. Nela, numa certa localidade, os moradores de dois bairros mais antigos se diferenciavam dos moradores do bairro mais novo pelo tempo de moradia no local. Com isso, criaram estratégias de preservação da sua identidade para manutenção dos cargos comunitários numa tentativa de afirmarem a sua superioridade com relação aos habitantes novos vistos como intrusos. Esta diferença sedimenta uma identidade balizada entre os estabelecidos e os “*outsider*”. Por sua vez, essa relação social estava carregada de signos que estrutura há identidade social baseada no poder.

Hall (1997), afirma em sua obra *“Identities Culturais na Pós-Modernidade”* que as identidades modernas estão em crises e são fragmentadas pela globalização, devido os seus impactos sobre os sujeitos contemporâneos. Com isso, o autor propõem três contra-tendências a hegemonização cultural global: a) glolocalização (fortalecimento das identidades locais); b) indivíduo híbrido (cruzamento de culturas diferentes); e, por último c) sujeitos traduzidos (migrante identidade dupla)¹. As identidades são plurais e não existem mais identidades “puras”, isto mostra que as identidades mudam com o tempo e com o espaço. No jogo das relações sociais e de produção, alguns indivíduos terão mais facilidades ou dificuldades, dependendo da cultura ou classe social em que estão inseridos.

Desse modo, Haesbaert entende que a identidade social tem uma relação com a identidade territorial, ambas acabam tendo proximidades, já que definem o território e as relações sociais (idéia e matéria).

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Assim, o autor afirma que a identidade territorial é um tipo de identidade social que expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária.

Saquet (2007) apresenta duas abordagens diferentes de estudos de identidade com enfoque territorial. A primeira tem aspectos históricos-culturais, simbólicas e afetivas da vida de grupos sociais em um determinado lugar. Já na segunda, a identidade apresenta característica de unidade transescalar, entre os sujeitos e lugares. Porém, as duas abordagens acima não são excludentes. A reprodução da identidade [territorial] é (i)material, histórica, relacional e multiescalar.

¹ Mais detalhes ver em Haesbaert e Bárbara (2001).

O destaque dessa nova perspectiva é o caráter político da identidade, como uma possibilidade de transformação social. Ela está referenciada nas reflexões e contribuições dos autores italianos (G. Dematteis, Magnaghi, Governa, Ruallani e Bagnasco), sobretudo, pela temática da identidade tendo o desenvolvimento local e sustentável como pilares.

[...] a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal (SAQUET, 2007, p 152).

A territorialidade é a dimensão simbólico-cultural no qual se materializam os processos de identificação territorial. Haesbaert (2004) sintetizou o conceito de territorialidade da seguinte forma:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração” condição genérica (teórica) para a existência do território [...];
- 2) Territorialidade num sentido mais ontológico: a) como materialidade (ex: controle físico do acesso através do material), b) como imaterialidade (ex: controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”), c) como “espaço vivido” (frente aos espaços – neste caso, territórios, formais – institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (p. 10).

A territorialidade é balizada pelas relações sociais expressas no território, seja pela materialidade (produção, troca e consumo) ou pela imaterialidade (idéia, controle, autoridade, estratégias etc.), essas relações forjam identidades territoriais. A identidade é dinamizada pelas diversas práticas sociais que acontece pela ação dos sujeitos na produção territorial.

A identidade territorial é o resultado do enraizamento de um grupo social nas relações cotidianas balizada por tradições e mudanças

no tempo e no espaço. Nesse sentido, Saquet (2003) apresenta a re-territorialização da imigração italiana no Rio Grande do Sul pela dinâmica do território e da identidade na Colônia Silveira Martins fundada em 1878, onde se verificou a reprodução de elementos e características de seu modo de vida anterior e novo. Agora, analisaremos, resumidamente, como Saquet apreendeu as relações de identidade territorial nesse grupo social:

- a) Produtos agrícolas: milho, trigo, arroz, aveia, cevada, uva, etc.; artesanais: fabricação de vinho, serrarias, sapatarias, moinhos, ferrarias, entre outras; atividades comerciais: alguns italianos que migraram já haviam exercido o papel de negociantes, intermediando relações de compra e venda, de troca. Assim, criam os primeiros estabelecimentos mercantis (chamados de vendas) em Silveira Martins, Nova Palma e Ivorá;
- b) Elementos da vida cultural: alimentação (polenta, massas, vinhos, salame, forgliá, queijos...), objetos da vida diária (como mesas, cristaleiras... específicas), práticas religiosas ligadas ao Catolicismo (igrejas/templos, Santos, capitéis, canções, festas, etc., os dialetos (vêneto e fruilano, principalmente). Criaram, desta forma, as chamadas linhas, como Vale do Vêneto, Val Veronês, Novo Treviso, Val Feltrina, Nova Údine, Val de Búia, lembrando e homenageando alguns dos seus lugares de origem de muitas famílias;
- c) Formam associações de ajuda mútua, desde a década de 1980, e, pequenas cooperativas para comercialização da produção agrícola, entre outras iniciativas políticas, culturais e econômicas (2005, p. 13876).

Diante desse quadro, visualizamos a identidade territorial dos imigrantes italianos pela produção territorial baseada na cultura/economia de origem deles, que estabelecem traços identitários entre si. Tais traços são frutos de processos estruturais e conjunturais de uma ação coletiva fundamentada(s) na(s) vivência(s) e nos saberes do grupo do social ítalo-brasileiro neste território chamado de Silveira Martins.

Por fim, como vimos acima com Stuart Hall, as identidades contemporâneas são globais, pluriculturais e de resistência. Elas se apresentam em espaços culturalmente híbridos e desiguais.

Hoje num mundo dito globalizado, juntamente com esta identidade contínua/contígua, aparecem identidades descontínuas, fragmentadas e/ou sobrepostas, onde vigora o confronto ou o diálogo, a relativa fluidez e a interseção elaborando assim, novas formas de identificação social.

Para o autor, o território é produto e produtor de identidade não só apenas no âmbito do poder, mas, também, no campo da afetividade e do significante.

Considerações finais

Podemos sintetizar que, o conceito de identidade não pode ser entendido sem o contraste/alteridade, ou seja, sem o outro. É outro que fortalece esse jogo de identificação, que é também histórica, dinâmica, complexa e está em constante transformação. Tais observações podem e devem ser visualizadas no ensino de geografia sob o enfoque da identidade territorial.

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre *identificar-se*, um processo *reflexivo*, portanto, e identificar-se é sempre *identificar-se com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encararmos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma *identificação* em curso, e por em estar em processo/relação ela nunca é una, mais *múltipla*. Toda a identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorizações positivas e negativas (HAESBAERT, 1999, p. 174-175).

Nesse sentido, para compreendermos o conceito de identidade territorial temos que levar em consideração a territorialidade (relações sociais), devido a sua apropriação subjetiva, este pode ser considerado

de enraizamento, pertencimento e afetividade. A identidade territorial tem uma forte repercussão no espaço geográfico por que ela produz a territorialização e a des-territorialização.

A identidade territorial é histórica, processual e trans-escalar. É, também, unidade e contradição, simples e complexa, homogeneidade e heterogeneidade, mudança e permanência, continuidade e descontinuidade, entre outras. Ela trás consigo elementos concretos (espaço e matéria) e abstratos (representação e idéia) que nós carregamos, além de rugosidade(s) que deixa(m) traços identitários impressos na paisagem.

Referências Bibliográficas

BRAUDEL, Fernando. História e Ciências Sociais: a longa duração. Estudos sobre a história. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

CARDOSO-OLIVEIRA, Ruth. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciência Sociais, 1976.

CORTEZ, Roberto. Mas, afinal, o que é identidade? In: A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goldi, 1994. (Coleção Eduardo Galvão)

ELIAS, Nobert; SCOTSON, Jhon L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Grall, 1985.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____.; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e Migração em área transfronteiriças. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia (UFF), ano III, n. 5, 2001.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede “guaúcha” no Nordeste. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995.

- MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.
- _____. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. In: Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- OUTHWAITE, William; BATTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Território: globalização e fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Proposições para estudos territoriais. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia (UFF), ano VIII, n. 15, junho de 2006.
- _____. Território e identidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p. 13869-13881, 2005.
- _____. Os tempos e os territórios da colonização italiana: desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et. al. (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.